

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Orientações Gerais sobre a ação de Promoção da Segurança Alimentar e da Alimentação Adequada e Saudável no Programa Saúde na Escola

Alimentação e nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e proteção da saúde, pois possibilitam a realização plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania.

A promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis está inserida no contexto da adoção de modos de vida saudáveis, sendo componente importante da promoção da saúde e qualidade de vida. Além disso, constitui um eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde e uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, e está pautada na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e na concretização do direito humano universal à alimentação e nutrição adequadas.

Considerando a importância da escola como espaço de produção de saúde, conhecimento de si e do outro, auto-estima, comportamentos e habilidades para a vida, ou seja, espaço propício à formação de hábitos alimentares saudáveis e à construção da cidadania, o Programa Saúde na Escola (PSE) propõe as ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) no ambiente escolar.

Podemos entender a PAAS como um conjunto de estratégias que proporcionam aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Tem como objetivo a melhora da qualidade de vida da população, por meio de ações intersetoriais, voltadas ao coletivo, aos indivíduos e aos ambientes (físico, social, político, econômico e cultural), de caráter amplo e que possam atender às necessidades de saúde da população, de acordo com as especificidades de cada fase do curso da vida.

Para que a PAAS se concretize, é necessária uma abordagem integral capaz de prevenir agravos causados pelo consumo inadequado de energia ou nutrientes (desnutrição, carências de ferro, vitamina A, etc.), bem como o excesso de peso e outras doenças relacionadas (obesidade, diabetes, hipertensão e alguns tipos de câncer), que acometem de forma alarmante toda a população brasileira, inclusive crianças desde o

nascimento. É preciso levar em consideração a acessibilidade, do ponto de vista físico e financeiro e ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia.

A alimentação saudável nos primeiros anos de vida, que inclui a prática do aleitamento materno exclusivo até seis meses de idade e a introdução de alimentos complementares em tempo oportuno e de qualidade, mantendo o leite materno até dois anos de idade ou mais, resulta em inúmeros benefícios para a saúde das crianças em todos os ciclos de vida. No entanto, nesse período, considerando as elevadas necessidades nutricionais, se fazem necessárias ações que complementem uma maior ingestão de alguns micronutrientes, a fim de evitar principalmente a hipovitaminose A e a anemia.

As carências nutricionais podem afetar o crescimento e desenvolvimento cognitivo, destacando-se a ocorrência de baixa estatura, menor aproveitamento escolar e redução da capacidade de produtividade na vida adulta, podendo ser responsável por danos irreversíveis.

Desta forma, tanto políticas públicas quanto programas e projetos governamentais que envolvam a alimentação e saúde escolar são estratégicos para o enfrentamento do quadro atual que revela a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, do excesso de peso e da obesidade em crianças e adolescentes, diretamente relacionadas ao comportamento alimentar, ao contar com a participação e integração dos diversos segmentos e atores sociais envolvidos.

Especialmente durante a infância, as interações entre a criança e a família, a escola e outras relações sociais, assim como a influência da mídia e da publicidade de alimentos, irão marcar substancialmente as escolhas alimentares. E estas escolhas irão refletir no estado nutricional da criança, perpetuando-se até a fase adulta, em todas as realidades brasileiras.

Além da baixa qualidade nutricional dos alimentos divulgados na maioria das propagandas destinadas ao público infantil, são explorados sentimentos como satisfação, prazer e alegria, juntamente com as ideias de diversão, identificação do consumidor e convencimento e o consumo destes alimentos é associado a aspectos positivos e agradáveis, utilizando estratégias voltadas especialmente ao público infantil.

Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem buscado fortalecer a adoção de práticas saudáveis aos educandos, principalmente, pela

oferta de alimentos saudáveis e pelas ações de educação alimentar e nutricional (EAN), reforçando o caráter transversal e interdisciplinar que envolve o ato de comer na escola e favorecendo o desenvolvimento físico e intelectual dos escolares.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde e tem sido considerada nos últimos anos uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais. Com os reflexos no estado de saúde da população mundial, em destaque o aumento da prevalência da obesidade, verificou-se a necessidade de fortalecer essa estratégia para promover e melhorar o estado de saúde da população. Entre seus resultados potenciais, identifica-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável.

Além da disponibilidade de alimentos saudáveis no ambiente escolar, a sensibilização dos responsáveis pela produção e oferta dos alimentos na escola constitui estratégia para o fortalecimento das ações de promoção da alimentação adequada e saudável e de promoção da saúde nas escolas. Partimos do pressuposto de que uma alimentação saudável no ambiente escolar não se restringe à oferta de alimentos ou preparações saudáveis, mas é preciso considerar a segurança sanitária daquilo que é ofertado para consumo pelos educandos.

Diante do exposto, é fundamental levar em consideração a etapa do ciclo de vida dos educandos, bem como as especificidades dos níveis de ensino, avaliando as ferramentas a serem utilizadas para potencializar as ações realizadas para promoção da alimentação adequada e saudável e dos modos de vida saudáveis.

Marcos Legais

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 84 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde) Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>

Brasil. **Resolução CD/FNDE nº 26/2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>

Brasil. **Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006**. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11265.htm

Brasil. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>

Brasil. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>

Leitura complementar

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/guia_alimentar_conteudo.pdf

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de Referência de Educação**

Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF : MDS, 2012. 68p.
Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download=7898:marco-de-referencia>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dez Passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos** : um guia para o profissional da saúde na atenção básica. 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/enpacs_10passos.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da Criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112p. (Serie A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 23). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde bucal.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 92p. (Serie A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 17). Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab17>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 96p. (Serie B. Textos Básicos de Saúde) (Caderno de Atenção Básica, n. 24). Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab24>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 116 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_bucal.pdf

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Coordenação Geral do Programa de Alimentação Escolar. CECANE Santa Catarina. **Manual de Orientações para a Alimentação Escolar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos: Manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE e diretores escolares.** Brasília: 2012. 48p. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-alimentacao-e-nutricao>

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FAO. **Vídeo sobre o Programa Hortas Escolares – FNDE/FAO**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao> - [Vídeo sobre o Programa Hortas Escolares – FNDE/FAO \(arquivo para download no formato zip - 59MB\)](#)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Experiências estaduais e municipais de regulamentação da comercialização de alimentos em escolas no Brasil** : identificação e sistematização do processo de construção e dispositivos legais adotados. Brasília : Ministério da Saúde, 2007. 72 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/regula_comerc_alimentos.pdf

Brasil. Ministério da Saude. Secretaria de Vigilância em Saude. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos**. Brasília : Editora do Ministério da Saude, 2010. 158 p. (Serie A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://10.1.1.213/portal/arquivos/pdf/manual_doencas_transmitidas_por_alimentos_pdf.pdf

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **NBCAL - Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras**. Brasília / DF, 2006. 44 p. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/7e3a85004928baada862bb14d16287af/cartilha_nbcalf.pdf?MOD=AJPERES

Resumo das informações

A linha de ação Promoção da Segurança Alimentar e da Alimentação Adequada e Saudável, que faz parte do componente II e é uma ação essencial, deve ser realizada de forma contínua, sem periodicidade específica, com educandos das creches, pré-escolas, ensinos fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A meta é a participação de todos os educandos dos níveis de ensino pactuados em 12 meses. O registro das ações é feito no SIMCE e o indicador será o número de educandos participantes das atividades.